

A Violência Filial no Japão: Quando os adolescentes se tornam perigosos em casa

Hilda Maria Gaspar Pereira

Lecturer em Introdução à Psicologia na Hokusei Gakuen Junior College, Sapporo, Japão, Mestre em Estudos Europeus e Mestre em Antropologia Cultural e Social pela Universidade Católica de Leuven, Bélgica

Resumo

O artigo busca investigar o fenômeno da violência filial, como agressões de filhos adolescentes contra seus próprios pais, no Japão. As mães representam a maioria das vítimas e sofrem com atos de extrema gravidade, que vêm aumentando nos últimos anos significativamente. A grande causa dessa violência está relacionada com a enorme pressão dos pais pelo sucesso acadêmico de seus filhos. A pesquisa referenciou-se na abordagem histórico-cultural, baseada na perspectiva de análise das relações de gênero, para entender a constituição histórica e a dinâmica atual do fenômeno.

Palavras-Chave

Violência, família, adolescentes, mães, educação, Japão

A presente pesquisa foi baseada na perspectiva de análise das relações de gênero, buscando considerar a situação de vulnerabilidade em que se encontra o feminino, no contexto da família e sociedade japonesa. A dinâmica da violência familiar nesse país colocou a mulher ora na condição de vítima, ora na de agressora, e até mesmo, simultaneamente, em ambas as situações. Elas são as maiores agressoras nos casos de abuso infantil. No entanto, quando os filhos crescem, acabam por inverter os papéis, tornando-se as maiores vítimas desses adolescentes. As mulheres são, ainda, as vítimas privilegiadas de seus parceiros, no âmbito da violência doméstica. Podem ainda vitimizar suas sogras e sogros, quando esses ficam idosos e convivem no mesmo espaço. Segundo a tradição japonesa, será a nora que deverá cuidar dos pais de seu marido, quando eles estiverem na terceira idade. Entretanto, se a relação for marcadamente conflituosa, em muitos casos pode evoluir para o abuso e maus-tratos (GASPAR PEREIRA, 2003).

O primeiro tipo de conflito familiar tornado visível foi o fenômeno da violência filial. É uma forma de agressão considerada um grave problema social, desde do início da década de 70. Os demais tipos de violência familiar somente começaram a ser reconhecidos a partir da década de 90 pelos japoneses.

Na violência filial, os adolescentes se rebelam contra seus pais, frequentemente devido à extrema pressão que sofrem para alcançar sucesso acadêmico. Consequentemente, as mães acabam por representar as vítimas privilegiadas, sofrendo ataques violentos por parte de seus filhos (FUJIEDA, 1989; KOZU, 1999).

Embora o estresse causado pela educação rigorosa seja um dos fatores determinantes nesse tipo de violência, existem problemas estruturais que estão interferindo nas relações familiares. Devido a transições contemporâneas, nas formas de produção de subjetividade que estão ocorrendo na sociedade japonesa, o fenômeno da violência filial não está somente aumentando, mas também se agravando. “Consequentemente, a violência filial está sendo reconhecida recentemente como um problema social no Japão, indicando a falta de ajustamento dos jovens a diversas normas sociais e culturais que estão sofrendo rápidas mudanças na sociedade japonesa” (KUMAGAI, 1996).

Apesar de o índice de homicídios cometidos por jovens ter diminuído nas últimas décadas, os casos de parricídios aumentaram significativamente. Segundo a Polícia Nacional Japonesa, ocorreram 37 casos de adolescentes que mataram ou tentaram matar seus pais no período entre 2000 e 2005, o que resulta em uma média de 10 casos por ano (JAPANESE NATIONAL POLICE AGENCY, 2007). Esses crimes vêm ocupando a mídia japonesa, principalmente na última década, devido à alarmante crueldade e premeditação com que são cometidos, principalmente contra as mães.

No entanto, o debate na sociedade relativo não só à violência filial, mas também às outras formas de violência familiar, ainda necessita de um amadurecimento para sair da esfera privada e se tornar um tema enfrentado como questão de segurança pública.

O Contexto Histórico-Cultural da Violência Familiar no Japão

A partir do século VI, dois importantes sistemas de crenças foram introduzidos no Japão: o Budismo e o Confucionismo. Esses sistemas tiveram grande influência na organização social, essencialmente de orientação machista, o que contribuiu para o baixo status das mulheres japonesas. O Budismo é

uma manifestação religiosa que desempenha papel importante na sociedade japonesa até os dias atuais. O Confucionismo, apesar de ter sido restringido durante a transição do período feudal para a era da modernização japonesa, conhecida como a Restauração Meiji, ainda influencia com seus valores éticos o pensamento social.

Legitimando a aplicação do Código de Conduta de Confúcio, a mulher caiu na armadilha da dominação masculina, durante todo o seu ciclo de vida. “[...] O antigo provérbio Confucionista, de que a mulher enquanto jovem deve obedecer a seu pai, na maturidade, a seu marido, e na idade idosa, a seu filho, ainda tem alguma validade” (REISCHAUER E JANSEN, 1996).

Apesar das lutas, conquistas e vitórias femininas que marcaram os últimos séculos, a obediência da mulher ainda é uma expectativa cultural de muitos nipônicos. A forte divisão das obrigações de gênero, em que a mulher ocupa papel fundamental no trabalho doméstico, na educação dos filhos, no cuidado com o marido e com seus sogros idosos, faz com que ela esteja exposta com maior intensidade a todos os membros da família. Desse modo, existe a grande probabilidade de ela sofrer maiores tensões diárias, contribuindo para a combinação de abusos e vitimizações familiares.

A imagem da maternidade tem papel histórico nesse país, e vem sendo manipulada pelos sucessivos governos, através das políticas familiares visando a controlar a ordem social desde o período Meiji (1868-1912) (SAGAWA, 2006; NOLTE and HASTINGS, 1991). Desse modo, ela continua a representar o papel enraizado na cultura japonesa, reproduzindo a ideia da primazia de um instinto maternal inato na mulher, em que nada é maior do que o amor materno. A persistência desse mito tem criado uma atual geração de jovens mães frustradas, por não conseguirem sentir tal “amor”, aumentando ainda mais o risco do abuso de crianças (SAGAWA, 2006; OHINATA, 1995).

A cobrança da obsessiva missão maternal concorre negativamente nos dois tipos de violência familiar. As principais agressoras, no caso de abuso infantil, são as genitoras biológicas (GOODMAN, 2002). Na violência filial, o excessivo cumprimento do dever maternal pelo zelo educacional, em muitos casos, acaba por colocá-las como vítimas de seus próprios filhos.

Ao analisar a questão do mercado de trabalho, percebe-se que a mulher ocupa, na maioria dos domicílios, um papel secundário na economia familiar. Atualmente existem três grupos representativos da situação feminina: esposas que sempre trabalharam, esposas que pararam de trabalhar quando casaram ou para se dedicar à educação dos filhos, e as que são donas de casa em tempo integral. Esse último grupo representa menos de 40% das esposas japonesas. As esposas que retornam ao trabalho quando os filhos se tornam adolescentes basicamente obtêm uma posição como “part-time”, em um trabalho não qualificado, de baixo salário e sem segurança trabalhista. Essa foi a solução utilizada pelas mulheres para conseguirem uma fonte de renda mesmo em situação discriminada e continuarem a cumprir suas obrigações domésticas e de educação dos filhos (REBICK, 2006).

Além do mais, existe um conjunto de tradições culturais que fazem com que a vítima se sinta culpada e dificilmente recorra à ajuda externa, confinando a violência dentro dos muros familiares. Valores sociais como harmonia, evitar conflitos, a vergonha e a privacidade colaboraram fortemente para o silêncio das vítimas. Esses fatores ainda se associam a uma característica fundamental na cultura japonesa, o “gaman”, ou seja, aguentar as dificuldades

sem reclamar. “A exposição pública dos problemas privados é quase inconcebível na cultura japonesa, e manter os problemas familiares dentro da família é considerado uma virtude” (KUMAGAI, 1996).

No caso da violência filial torna-se mais difícil denunciar o agressor. As mães, principais vítimas, além de sentirem muita vergonha pelas agressões, se sentem culpadas por não estarem educando devidamente seus filhos. Ao mesmo tempo, não querem que os mesmos sofram punições legais, que lhes tragam consequências negativas no futuro. Com isso pactuam com a invisibilidade do fenômeno, indicando que as estatísticas oficiais são apenas a “ponta do iceberg”.

Violência Filial

O estudo da violência filial ainda é um tipo periférico de pesquisa dentro da área de estudos em violência familiar. Segundo Cottrell (2004), a violência familiar é geralmente definida como uma violência cometida por alguém que tem poder sobre os outros, como ocorre no caso de abuso de crianças, ou parceiros abusando de mulheres. Torna-se difícil reconhecer a ideia de crianças abusando de seus pais, pois vai contra o modelo de poder socialmente aceito dentro da família. “As famílias são hierárquicas: os pais deveriam controlar os seus filhos. Contudo, o abuso de pais é uma situação inadequada socialmente [...] da ordem de poder dentro das famílias” (Idem).

Na literatura americana, a violência de crianças com relação a mães tem sido bastante ignorada nas pesquisas de violência contra mulher. Segundo sociólogos como Gelles e Strauss (1988), pioneiros nas investigações de violência familiar, existem poucos estudos nessa área. As pesquisas desenvolvidas estariam relacionadas à violência infligida por filhos contra mães, seguindo um modelo de violência doméstica. Ou seja, eles agrediriam suas mães imitando o exemplo da violência dos pais contra suas parceiras.

Outro fator de risco do aumento da violência contra mães, segundo estudos de Ulman e Murray (2000), seria devido à influência do modelo recíproco de coerção pela punição corporal que os pais infligem aos filhos. Eles se tornariam ressentidos, hostis e, finalmente, fisicamente violentos contra os genitores. Além disso, a teoria feminista reforça a ideia da divisão desigual da educação dos filhos e dos trabalhos domésticos, em que a mulher, na maioria das vezes, dedica maior tempo aos filhos do que o parceiro e, portanto, teria mais chances de sofrer violência.

No entanto, a razão principal para os poucos estudos na área da violência filial é o fato de que a maioria das vítimas raramente denuncia os filhos pela agressão sofrida, por sentirem extrema vergonha e sentimento de culpa (BOBIC, 2004; COTTRELL, 2004; MURRAY e ULMAN, 2000). São essas situações que contribuem para a escassa fonte de material estatístico, tanto do número de agressores como do de vítimas. No Japão, a maioria dos casos denunciados é de agressões extremas de adolescentes, em que os pais estão desesperados e não têm mais como se defender de seus filhos, ou quando casos fatais acontecem e são noticiados pela mídia.

Violência Filial no Japão

No caso japonês, esse tipo de violência foi diagnosticado desde os anos 70 e durante a década de 80 foi considerado como fenômeno causado por

problemas familiares. A partir dos anos 90, as causas familiares preexistentes associadas a transições recentes na sociedade culminaram, acentuando o fenômeno. Consequentemente, mudanças no julgamento do comportamento dos adolescentes favoreceram a criação de medidas punitivas mais severas com relação aos crimes infligidos por eles.

A sociedade japonesa ainda hoje exerce uma pressão muito forte para que a mãe se dedique em tempo integral na educação de seus filhos. O sistema educacional extremamente competitivo gerou o que se chama de “mãe educacional”, tradução direta do japonês “koyoiku mama”. Nem todas as mulheres japonesas assumem essa postura, mas em muitos casos as mães começam a ficar envolvidas com os preparativos para os exames da escola secundária, o que é conhecido como “o inferno dos exames”, mesmo enquanto os filhos ainda estão no Jardim de Infância (ALLISON, 2000). “Literalmente, o termo mãe educacional possui ao mesmo tempo respeito e reprovação: respeito pelas mães que com sucesso veem os filhos passarem através do competitivo sistema escolar japonês e reprovação pela pressão que elas, consequentemente, devem exercer nos filhos, em que suas energias durante dias e noites são consumidas pelos estudos” (Idem).

A tradição meritocrática da cultura japonesa reflete a intensa competição educacional, pois será de extrema relevância para as oportunidades profissionais do indivíduo no futuro. O vínculo entre a mãe e seu filho (masculino) difere da construção do complexo de Freud. No Japão, como o pai/marido está quase sempre ausente da unidade familiar por motivos de trabalho, o cuidado maternal exclusivo cria laços vantajosos, mas em certas situações opressivos¹. O conceito do complexo maternal japonês foi introduzido pela socióloga Chizuko Ueno no debate feminista. Segundo Ueno, “o complexo materno, ‘maza-akon’, é o produto direto de segregação de gênero no Japão, onde a sociedade define a mulher com o papel básico de esposa e mãe. Entretanto, como o marido está quase sempre ausente de casa, a mulher tende a dedicar toda a atenção e energia ao seu filho (masculino), seguindo a influência de Confúcio” (BUCKLEY, 1997).

Além disso, tradicionalmente, a expectativa de obediência das mulheres ainda permeia o pensamento nipônico. Consequentemente, atos violentos de filhos dirigidos às mães são muito mais comuns do que os de filhas. O lado positivo do vínculo mãe-filho se observa quando a mãe se beneficia indiretamente do sucesso de seu filho e ele do suporte emocional e material que ela lhe oferece.

No sentido oposto, essa relação começou a mostrar seu lado negativo nos anos 70 e 80, quando adolescentes começaram a executar crimes sérios dentro de suas famílias. Atos violentos que variavam de gritos e destruição de objetos da casa a ataques fatais causados por espancamentos, facadas e golpes com tacos de beisebol (KOZU, 1999).

Um crime chocou a sociedade japonesa nos anos 80: um jovem matou os pais, que dormiam, com golpes de taco de beisebol. Nesse caso, era o pai quem exercia pressões acadêmicas sobre o filho. Este, com o desespero, acabou matando os dois (OCHIAI, 1997).

Em 2000, um crime semelhante ocorreu, comovendo novamente os japoneses. Um rapaz de 17 anos foi preso por atacar brutalmente seus colegas de time de beisebol com o taco e, em seguida, ir para a casa matar a mãe com golpes da mesma arma. Segundo o assassino, ele estava sendo vítima

¹
Para maior análise da situação do tempo dedicado aos filhos pelos pais no Japão, ver Rebick e Takenaka (orgs.), 2006; Goodman, 2002; e Kumagai, 1996.

de bullying por parte de seus colegas de time e teria uma relação conflituosa com sua mãe por causa de seu baixo desempenho escolar. O jovem ainda declarou que matou a mãe para poupá-la da vergonha que ela teria por seu ato de violência (THE JAPAN TIMES, 09 jul 2000). Nesse crime, fica clara a relação da pressão educacional exercida pela mãe e a consciência do filho em não envergonhá-la perante a sociedade por seus fracassos, levando-o, inclusive, a matá-la. O fenômeno foi acentuado por ele estar sendo vitimizado por bullying. Algumas das crianças que são alvo de bullying na escola se tornam adolescentes violentos em casa, exteriorizando o que sofrem (COTTRELL, 2004).

Estatísticas realizadas pela Agência Nacional de Polícia Japonesa e divulgadas pelo relatório “White Paper on Youth”, sobre a situação dos jovens, a cada ano evidencia o aumento da violência juvenil familiar. Na análise dos anos de 1994 a 2005 houve um aumento crescente dos casos registrados, com uma leve diminuição durante os anos de 2001 e 2003. Entretanto, a partir de 2004 a violência continuou a se elevar. Os maiores agressores são adolescentes do sexo masculino, estudantes da segunda fase do ensino fundamental, faixa etária de 12 a 15 anos. Os maiores alvos da violência são as mães, seguindo-se a destruição de objetos da casa, depois as ações contra os pais e irmãos e, por último, “outros” (JAPANESE NATIONAL POLICE AGENCY, 2007).

O número de registros está muito abaixo da realidade, quando se leva em consideração as características tradicionais da sociedade japonesa, na qual os problemas da família dizem respeito somente a seus integrantes. Dessa forma, a polícia, os vizinhos e os professores se sentem relutantes em denunciar os casos, especialmente se os pais envolvidos negam as agressões.

Juventude Japonesa em Crise: Percepções e Realidade

Torna-se fundamental analisar a suposta situação de crise dos jovens japoneses na década de 90: ela traduziria a realidade ou seria a consequência de falsos “pânicos sociais”? Nesse aspecto é relevante observar como os japoneses lidam com o problema do comportamento de sua juventude. Ao se levar em conta a constante baixa da taxa de natalidade desde os anos 70, o número reduzido de crianças e a grande maioria da população de idosos, os jovens se tornam mais visíveis quando cometem atos fora do padrão esperado.

O problema dos jovens japoneses não é novo, como a mídia tem se incumbido em divulgar. Durante as duas últimas décadas, os problemas relativos às crianças e aos jovens no Japão – como violência de adolescentes contra pais, violência de crianças contra professores, bullying nas escolas, suicídio de jovens devido aos casos de bullying, fobia escolar e, recentemente, o abuso infantil – têm obtido um grande destaque na mídia². Muitos descrevem essas coberturas jornalísticas, na maioria das vezes sensacionalistas, como a grande causa da origem do que o sociólogo Stanley Cohen descreveu como pânico moral (ou pânico social). A definição de Cohen é aceita por muitos estudiosos, não só do Japão, mas também internacionais, quando analisam a situação da suposta crise dos jovens japoneses³.

Apesar das estatísticas criminais não refletirem o alarme que ronda o imaginário japonês com relação à sua juventude, o medo é baseado em crimes esporádicos, mas de natureza brutal, cometidos por esses indivíduos. “Muitos profissionais envolvidos com o sistema de Justiça relatam uma grande mudan-

2

Para a análise dos problemas relativos a crianças e jovens japoneses, ver Foljanty-Jost, 2003; Goodman, 2002; Yoneyama, 1999; e Kumagai, 1996.

3

No início dos anos 70, a ideia de pânico moral ou social foi introduzida pelo sociólogo inglês Stanley Cohen. O pânico ocorre quando uma pessoa ou um grupo de pessoas se torna (tornam) ameaça (s) aos valores e interesses da sociedade. Nesses casos, a cobertura midiática, estereotipada e sensacionalista, contribui para a manutenção da situação de instabilidade, gerando a sensação de pânico na sociedade. Para a análise da questão do pânico social, ver Stanley, 1973. Com relação a pânico social no Japão, ver Foljanty-Jost, 2003.

ça na direção territorial de onde ocorrem as ofensas. Elas estariam se dirigindo de um território de grande área para uma área menor. Teriam a forma de um desenvolvimento linear, em que a direção da violência se move de dentro da grande comunidade para dentro das escolas e das famílias” (TOKUOKA, 2003).

O número de homicídios perpetrado por jovens continua baixo. Durante a década de 90, eles estavam abaixo de 100 casos por ano, com exceção de 1998, quando ocorreram 115 casos. Em 1999, o total foi de 110 vítimas. Em 2000 foram 105 casos registrados, e nos anos seguintes voltaram a estar abaixo de 100 casos (NAWA, 2006). Quando se observam os dados estatísticos, a maioria dos delitos é relativa a pequenos furtos e roubos de bicicletas e motocicletas, ou seja, não são delitos graves. Os crimes ocorrem basicamente devido à crise econômica que o país vem enfrentando nas últimas décadas (OTA, 2004).

O resultado principal da suposta onda de violência dos jovens japoneses originou as revisões realizadas na Ata Juvenil⁴. Novas emendas implementadas na lei culminaram com a mudança reabilitadora de sua filosofia original, adotando um caráter mais punitivo aos infratores. Entre elas está a redução da idade de responsabilidade criminal de 16 anos para 14 anos. Dessa forma, a combinação de fatos como crimes hediondos esporádicos cometidos por jovens, a proximidade das eleições parlamentares, a pressão do movimento das vítimas e a constante denúncia dos casos por uma mídia sensacionalista deram origem a uma política de ataque ao crime. As mudanças na lei deixaram de focar nos problemas dos jovens e o ambiente em que eles são gerados e passaram a se deter especificamente no incidente ocorrido. Infelizmente a política efetuada deixou de lado a solução baseada na reintegração, orientada na comunidade, que seria fundamental para ajudar os jovens a enfrentar as mudanças atuais no país (RYAN, 2005).

Transições na Sociedade Japonesa: Mudanças no Modelo de Violência Filial

Além da dinâmica das transformações mundiais devido à era da globalização e ao avanço tecnológico, mudanças específicas que ocorreram na sociedade japonesa vêm influenciando as relações interpessoais de seu povo.

Com o advento da urbanização diminuiu o suporte gerado pelas comunidades, onde vizinhos e parentes contribuíam decisivamente na ajuda aos pais para a criação de seus filhos. Consequentemente, o aumento do número das famílias nucleares colocou as mães cada vez mais isoladas e sem apoio na educação de seus filhos⁵. Por outro lado, a baixa natalidade e o crescimento das famílias com filho único têm favorecido o aumento de pais permissivos, dando origem a uma geração de crianças extremamente mimadas. No Japão existe uma aceitação quase cultural de que a criança tenha um período de rebeldia, o chamado “hankoki”, no qual reage tendo acessos de fúria em decorrência a pequenas frustrações. Esse tipo de comportamento é mais violento em adolescentes dos 12 aos 15 anos. Além das transformações de ordem biológicas que ocorrem durante a adolescência, é durante esse momento que os jovens estão vulneráveis a uma maior carga de estresse. Na escola, sofrem com seus maiores limites e a imposição de regras, em muitos casos podem estar sendo vítimas de bullying e, para aumentar, seus problemas são alvos da cobrança dos pais para o sucesso acadêmico.

4

A Ata Juvenil sofreu emendas pela primeira vez em 2000, entrando em vigor a partir de abril de 2001, quase 50 anos depois da sua criação, em 1948 (Lei nº 168/1948). A lei novamente sofreu emendas em 2004 (Lei nº 153/2004), basicamente para lidar com sérios crimes cometidos por jovens com idade abaixo de 14 anos, que não eram considerados responsáveis por seus atos criminosos. Para a análise das mudanças na Ata Juvenil, ver Nawa, 2006; Ryan, 2005; e Schwarzenegger, 2003.

5

O sistema tradicional familiar japonês, conhecido como “Ie”, que significa família consanguínea ou família extensa, foi considerado antidemocrático e abolido após a Segunda Guerra. Nesse modelo familiar, as três gerações habitavam juntas na mesma casa, e geralmente o filho mais velho continuava a viver com os pais depois de casado. Para a análise do sistema tradicional japonês, ver Goodman, 2002; Sugio-ka, 1999; e Ochiai, 1997.

A falta de comunicação e de uma boa relação entre os membros da família vem sendo apontada como causa da ausência de remorso durante as reações violentas de adolescentes contra seus genitores. Um fator contribuinte nesse aspecto é o longo tempo que crianças e jovens dedicam à mídia de entretenimento. Filmes, desenhos animados, videogames, revistas em quadrinhos (o “manga” em japonês⁶), internet e os telefones celulares fornecem uma infinidade de mensagens violentas que são absorvidas diariamente por esse grupo de indivíduos.

Apesar da regulação da internet, de filmes e desenhos animados de cunho violento, a censura não se estende à televisão e à mídia impressa. Além disso, muitas vezes há efeitos indesejados com a veiculação sensacionalista da delinquência juvenil. Alguns crimes brutais cometidos por adolescentes foram influenciados pelo poder que a mídia oferece a indivíduos comuns de poder expressar sua existência numa sociedade onde a ordem vigente é não ser diferente dos demais (Idem).

A deterioração das relações familiares também pode ser evidenciada pelo aumento da violência dentro do muro domiciliar. O início dos anos 90 marcou profundamente a sociedade japonesa com o reconhecimento do abuso infantil e a violência doméstica. Finalmente a partir desse momento as vítimas começaram a ser notadas⁷.

Em 1990 foi feita a primeira pesquisa do governo sobre a situação do abuso de crianças, quando foram evidenciados 1.000 casos de violência. Desde então, a cada ano, o número de casos tem obtido dimensões epidêmicas no país. Em 2009, os Centros Infantis registraram 44.210 casos de incidentes de abuso infantil (KYODO NEWS, 28 jul 2010). De acordo com Heide (1992), criminologista especialista em parricídio, “a literatura profissional sugere que o parricídio é cometido por três tipos de indivíduos: as crianças que são severamente abusadas e são ameaçadas além do limite que podem suportar, as crianças portadoras de graves doenças mentais e as crianças que possuem os perigosos transtornos de conduta e personalidade antissocial” (Idem).

No Japão alguns casos de parricídio refletem a tipologia mencionada por Heide. Um exemplo dos casos relacionados com o abuso infantil ocorreu em 2006 na cidade de Nara, onde um rapaz de 16 anos incendiou a casa, matando a madrasta e os dois irmãos menores. Ele estava sofrendo severos abusos físicos e verbais do pai para seguir a sua carreira profissional de médico. Como suas notas não estavam boas e a professora teria uma reunião com sua madrasta no dia seguinte, o desespero foi tanto que ele colocou fogo na casa e fugiu. Durante o interrogatório, o acusado estava profundamente arrependido. Nesse caso, além das pressões paternas, ele havia sido separado da mãe biológica desde o divórcio de seus pais, dez anos atrás, quando o pai se casou novamente (THE JAPAN TIMES, 24 jun 2006). O caso teve uma enorme repercussão na mídia, e apesar de três vítimas fatais, o acusado, devido à situação da violência que sofreu, recebeu a simpatia de muitos membros da sociedade. O pai declarou publicamente à imprensa que ele se sentia responsável pelo crime. Disse que cometeu erros em lidar com o filho querendo que ele se tornasse um médico sem pensar no que este realmente queria (MAINICHI SHIMBUN, 01 jul 2006). Nos casos em que os adolescentes são severamente abusados pelos genitores, o assassinato representa um ato desesperado de se livrar da tortura de que são vítimas (HEIDE, 1992).

Outro problema relacionado às causas de parricídio mencionadas por Heide é que, associado ao enfraquecimento do network comunitário, houve

6

Ou “Mangá” [N. E.].

7

Para uma análise detalhada da situação do abuso infantil no Japão, ver Rebick e Takenaka (orgs.), 2006; Gaspar Pereira, 2003; e Goodman, 2002; 2000.

um aumento do número de crianças portadoras de desordens mentais. Essas crianças estão recebendo menos cuidados do que anteriormente, o que culmina com o aumento do risco de reações violentas contra seus pais. Nesse caso, um dos crimes mais chocantes ocorridos no Japão foi em 2007, quando um estudante de 17 anos dirigiu-se à polícia de Fukushima levando dentro de sua bolsa da escola a cabeça decaptada da mãe, após matá-la durante a noite. Em suas declarações mostrava sinais de confusão e estado de alucinações. Parentes próximos confirmaram que o jovem se consultava regularmente no hospital da cidade, devido a uma desordem de desenvolvimento que lhe causava dificuldades em criar relações interpessoais (THE ASAHI SHIMBUN, 15 mai 2007). O jovem morava com o irmão mais novo sozinho para poderem frequentar a escola, e os pais em outra cidade. Durante os fins de semana, a mãe visitava os filhos. Entretanto, o jovem estava frequentemente ausente das aulas e raramente se comunicava com os colegas (THE JAPAN TIMES, 17 mai 2007). Existiam indícios do desequilíbrio emocional do assassino, mas não foram percebidos ou foram subestimados. Em muitos casos de violência familiar existe a falta de comunicação entre as principais instituições pertencentes ao network social de proteção às vítimas. Nesse episódio específico, a falha foi entre a família, a escola, os médicos e a comunidade.

Atualmente, um dos tipos de distúrbio psicológico preocupantes no Japão é o fenômeno conhecido como “hikikomori”. Nesse caso, jovens, na maioria do sexo masculino, se isolam no ambiente doméstico completamente da sociedade, se recusando até mesmo a sair do quarto por meses ou anos. Segundo o psiquiatra Tamaki Saito, criador do termo “hikikomori”, essas pessoas apresentam a sensação de fracasso por não terem conseguido corresponder a expectativas da família ou da sociedade (ZIELENZIGER, 2007). Somente em 1999 o ciclo de silêncio e vergonha em torno dos hikikomori foi rompido por Okuyama, que fundou o network de famílias e terapeutas para ajudar as vítimas da síndrome, que tornou-se um problema de saúde pública (Idem).

Um crime perpetrado em 2004 por um jovem “hikikomori” de 19 anos em Mito também obteve grande repercussão midiática, não só pela ferocidade do ato, mas pela ausência total de remorso do assassino. Ele matou os pais com halteres e depois queria matar o avô, com quem tinha uma relação difícil. O jovem estava isolado da sociedade desde o fim da escola secundária. Segundo o juiz, o crime foi considerado um ato de extremo egoísmo descrito como um ressentimento sem justificativa contra os pais. Durante o julgamento o réu confirmou que não tinha nenhum arrependimento dos assassinatos. Ele foi condenado à prisão perpétua pelos crimes. O avô concordou com a pena, mencionando que o neto não pediu desculpas e nem reconheceu seus erros (MAI-NICHI SHIMBUN, 19 dez 2006). Acredita-se que atualmente existam mais de um milhão de jovens e adultos nessa situação. Infelizmente, a maioria deles ataca violentamente seus pais contribuindo com uma das causas do aumento da violência filial (ZIELENZIGER, 2007).

Um outro fator que gera desequilíbrio entre as relações familiares é o aumento do número de divórcios. O divórcio no Japão gera dois problemas fundamentais: a custódia e a pensão alimentar dos filhos. Apenas um dos genitores terá o direito à guarda da criança. Após a separação, o casal irá decidir de comum acordo o sistema de visitação do genitor que não tem a custódia do filho. Na maioria dos casos a criança irá ficar com a mãe. Sem o acordo com relação às visitas, quando não se tem a intermediação do juiz, essa

criança frequentemente perde o contato com o pai. O outro problema é que uma parcela muito pequena dos pais paga a pensão alimentar de seus filhos. Pela lei, o pagamento da pensão seria garantido, mas quando não é cumprido, as punições são muito leves contra o infrator. Consequentemente, após o divórcio, o orçamento mensal dessa nova família será apenas de 1/3 daquilo com que a família vivia antes da separação. Não é raro, após o divórcio, que os filhos se rebelam contra as mães, culpando-as por causa da mudança de status econômico. É devido a essa situação que um maior número de mães está sendo vitimizado pela violência filial.

Um exemplo trágico relacionado à situação do divórcio aconteceu na cidade de Wakanai, em 2006. Em um crime premeditado, um rapaz de 16 anos pediu ao colega de 15 para matar sua mãe, oferecendo-lhe 300 mil yens. O jovem matou a mãe do amigo a facadas e depois eles jogaram a arma do crime no mar. A justificativa do filho pelo crime foi a insatisfação de morar com a mãe depois do divórcio dos pais. Ele ficou sem ver o pai, com quem tinha uma boa relação, pois foi obrigado a mudar para uma outra cidade e desenvolveu uma relação difícil com a mãe (THE YOMIURI SHIMBUN, 30 ago 2006).

A deterioração das relações pessoais na esfera mais íntima entre os japoneses está evidenciando a ruptura no equilíbrio harmônico da sociedade contemporânea moderna com as tradições milenares enraizadas na cultura nipônica.

Considerações Finais

A violência filial continua a receber um tratamento periférico nas pesquisas relativas à violência familiar. Pesquisadores da área ainda são confrontados com a escassa fonte de dados estatísticos, tanto no que se refere às vítimas como aos agressores. Além disso, pela oposta relação hierárquica da agressão, onde filhos abusam de seus pais, os profissionais, em muitos casos, ainda desconhecem serviços eficazes para ajudar os envolvidos no conflito.

No Japão, apesar da violência filial ter sido o primeiro tipo de agressão familiar denunciado, ela continua a ser o de maior tabu na sociedade. As outras formas de violência familiar, mesmo com a lenta conscientização dos japoneses, acabaram recebendo a priorização de serviços e políticas sociais, que colocaram o problema da violência como uma questão de saúde pública.

A violência filial, no Japão, ocorre basicamente dentro de uma família, onde os vínculos entre os pais são distorcidos, existindo a presença exigente e constante da mãe, que contrasta com a ausência paterna. Dessa forma, a violência do adolescente passa a ser seu único meio de ganhar autonomia e independência.

A mãe possui, ao mesmo tempo, as duas faces da violência quando o vínculo afetivo se torna negativo. Pelas pressões que exerce no adolescente, o que em muitos casos pode ser considerado como uma forma de extremo abuso psicológico, ela seria a agressora. Perante a sociedade meritocrática japonesa, esse fato é aceito por ser o seu papel principal na vida do filho. Com a explosão violenta que sofre do filho, ela se torna vítima, ainda que os casos visíveis sejam apenas a ponta do iceberg. Segundo Allison (2000), as mães, na maioria das vezes, se sentem ansiosas e ressentidas por serem obrigadas pela escola, sociedade e frequentemente por outros membros da família, como o marido e as sogras, a pressionar seus filhos a estudar, visando sempre ao sucesso acadêmico deles.

Dessa forma, elas, na maioria das vezes, estão isoladas, sem ter a quem recorrer no caso da violência infligida por seus filhos. Sentem-se extremamente envergonhadas de não estarem educando devidamente os filhos, culpadas pelo fracasso que eles terão no futuro e cobradas por uma sociedade onde todos devem desempenhar com perfeição seus papéis.

Ainda existem os casos em que a família prefere se conformar com a violência, aceitando a ideia de que todo adolescente irá passar pelo período de “hankoki”, que faz parte do ciclo da vida se rebelar e ter rompantes de agressividade. O problema é que além do estresse causado em função da educação rigorosa dos pais, o Japão passa por transformações de ordem social e econômica, as quais estão contribuindo para o aumento e agravamento da violência filial, e até mesmo gerando a elevação dos casos de parricídios. A tradição de preservar a privacidade doméstica a todo custo tem sido o grande empecilho do reconhecimento dos conflitos na esfera familiar. Desse modo, as vítimas continuam recebendo serviços inadequados de ajuda.

Pelo menos com relação à situação dos indivíduos conhecidos como “hikikomori”, o network de ajuda entre pais e terapeutas foi criado em 1999 por Masahisa Okuyama. Ele decidiu fundar um grupo de ajuda, a KHJ (Associação para Pais com Filhos Problemáticos), para os pais de jovens com o mesmo problema de seu filho. Okuyama e a mulher foram obrigados a sair de casa pelas constantes ameaças de morte que o filho de vinte seis anos, isolado em casa por quase oito anos, fazia nos últimos meses. O movimento cresceu, o Ministério da Saúde reconheceu o problema e iniciou um programa de estudo para tentar resolver a situação dos estimados um milhão de “hikikomori” no país (ZIELENZIGER, 2007). Consequentemente, esse network ajuda uma parte dos pais que são vítimas de seus filhos, mas a maioria dos típicos pais de adolescentes agressores da violência filial ainda está na obscuridade.

O Japão enfrenta um grande problema para interligar suas instituições, principalmente na área social. Okuyama evidencia que os burocratas japoneses nunca estão dispostos a tomar novas iniciativas. “Como burocratas em vários lugares, eles priorizam a ordem, seguem precedentes e geralmente não permitem que novas realidades interfiram com fórmulas antigas; quando uma sociedade é fortemente regulada como no Japão, seus burocratas sofrem essas influências de maneira muito mais forte do que em outros países...”(Idem). Além da dificuldade em se gerar networks nessa área, os japoneses necessitam de treino para aprenderem a dividir tarefas e responsabilidades. Numa sociedade rigidamente hierárquica cria-se o conflito de quem tomará o comando das ações, ou seja, quem assumirá a posição de chefe e de subordinado.

Além da necessidade da real conscientização da sociedade para a gravidade do problema da violência filial, é fundamental a adequação da legislação e a criação de um network com serviços eficazes, que possa ajudar tanto as vítimas como os agressores. Desse modo, a violência de adolescentes contra pais, como os outros tipos de violência familiar, também sairá da esfera privada e passará a ser tratada como uma questão de segurança pública.

Referências Bibliográficas:

- ALLISON, Anne. **Permitted and Prohibited Desires: Mothers, Comics, and Censorship in Japan**. Berkeley, CA: University of California Press, 2000.
- BOBIC, Natasha. Adolescents Violence Towards Parents. **Australian Domestic and Family Violence Clearinghouse**, 2004. Disponível em: <http://www.austdvclearinghouse.unsw.edu.au/PDF%20files/adolescent_violence.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2010. p.1-15.
- BOY Held over Attacks Sent to Prosecutors. **The Japan Times**. 09 jul 2000. Disponível em: <<http://search.japantimes.co.jp/print/nn20000709a6.html>>. Acesso em: 04 set 2010.
- BUCKLEY, Sandra. **Broken Silence: Voices of Japanese Feminism**. Berkeley, CA: University of California Press. 1997.
- CHILD abuse cases reach record high in FY 2009. **Kyodo News**, 28 jul 2010. Disponível em: <<http://www.japantoday.com/categories/crime/view/child-abuse-cases-reach-record-high-in-fy-2009>>. Acesso em: 08 set 2010.
- COTTRELL, Barbara. **When Teens Abuse Their Parents**. Nova Scotia: Fernwood Publishing. 2004.
- FATHER of killer teen says he feels responsibility for deadly blaze. **Mainichi Shimbun**, 01 jul 2006. Disponível em: <<http://www.mainichi-msn.co.jp/national/news/20060701k0000e040056000c.html>>. Acesso em: 10 abr 2007.
- FOLJANT-JOST, Gesine (org.). **Juvenile Delinquency in Japan Reconsidering the 'Crisis'**. Danvers, MA: Brill, 2003.
- FUJIEDA, Mioko. Some Thoughts on Domestic Violence in Japan. **Review of Japanese Culture and Society**. December 1989. p. 60-66.
- GASPAR PEREIRA, Hilda Maria. Patterns of Family Violence in Japan. **Wellesley Centers for Women Working Paper Series**. Working Paper nº. 411, 2003. p.1-31
- GELLES, Richard e MURRAY, Strauss. **Intimate Violence**. New York: Simon & Schuster. 1988.
- GOODMAN, Roger. (org.) **Family and Social Policy in Japan**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- _____. **Children of the Japanese State**. Oxford: Oxford University Press, 2000
- HEIDE, Kathleen. **Why Kids Kill Parents**. Ohio: Ohio State University Press, 1992
- JAPANESE NATIONAL POLICE AGENCY. **White Paper on Youth**, 2007. Disponível em: <<http://www8.cao.go.jp/youth/english/whitepaper/2007/pdf/1-5.pdf>>. Acesso em: 24 abr 2009.
- KOZU, Junko. Domestic Violence in Japan. **American Psychologist**, v. 54, n.1, 1999. p. 50-54
- KUMAGAI, Fumie. **Unmasking Japan Today: The Impact of Traditional Values on Modern Japanese Society**. Westport: Praeger, 1996.
- MAN gets life imprisonment for bashing parents to death with dumbbell. **Mainichi Shimbun**, 19, dez 2006. Disponível em: <<http://mdn.mainichi-msn.co.jp/national/news/20061218p2a00m0na008000c.html>>. Acesso em: 25 abr 2007.
- MURDERED woman's teen son, friend held. **The Yomiuri Shimbun**, 30 agos. 2006. Disponível em: <<http://www.yomiuri.co.jp/dy/national/20060830TDY01002.htm>>. Acesso em: 20 jun 2007.
- NARA boy who admits killing step mom and siblings feared report card fallout. **The Japan Times**, 24 jun 2006. Disponível em: <<http://search.japantimes.co.jp/print/nn20060624a7.html>>. Acesso em: 10 abr 2007.
- NAWA, Shinpei. Postwar Fourth Wave of Juvenile Delinquency and Tasks of Juvenile Police. **Journal of Police Science**, v. 58, n.1, 2006. p. 1-19
- NOLTE, Sharon e HASTINGS, Sally. The Meiji State's Policy toward Women, 1890-1910. In: BERNEINST, Gail Lee (org.). **Recreating Japanese Women, 1600-1945**. Berkeley, CA: University of California Press. 1991.

- OCHIAI, Emiko. **The Japanese Family System in Transition**. Tokyo: The Simul Press, Inc. 1997.
- OHINATA, Mayumi. The Mystique of Motherhood: A Key to Understanding Social Change and Family Problems in Japan. In: FUJIMURA-FANSELOW, Kumiko e KAMEDA, Atsuko (orgs.). **Japanese Women: New Feminist Perspectives on the Past, Present and Future**. New York: The Feminist Press. 1995.
- OTA, Takeshi. Public Safety in Today's Japan. **Japan Echo**, v. 31 (20). 2004.
- PROSECUTORS get beheading case. **The Japan Times**, 17 maio 2007. Disponível em: <<http://search.japantimes.co.jp/print/nn20070517a1.html>>. Acesso em: 20 jun 2007.
- REBICK, Marcus. Changes in the Workplace. In: REBICK, Marcus. e TAKENAKA, Ayumi. (orgs.). **The Changing Japanese Family**. London: Routledge, 2006
- _____ e TAKENAKA, Ayumi. (orgs.) **The Changing Japanese Family**. London: Routledge, 2006
- REISCHAUER, Edwin e JANSEN, Maurius. **The Japanese Today: Change and Continuity**. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 1999
- RYAN, Trevor. Creating "Problem Kids": Juvenile Crime in Japan and Revisions to the Juvenile Act. **ZJapanR/ J. Japan.L**, nº.19, 2005. p.153-188
- SAGAWA, Ayumi. The Social World of Mothers in a Japanese Suburb. In: REBICK, Marcus. e TAKENAKA, Ayumi. (orgs.) **The Changing Japanese Family**. London: Routledge. 2006.
- SCHWARZENEGGER, Christian. The Debate about the Reform of the Juvenile Law in Japan. In: FOLJANTY-JOST, Gesine (org.). **Juvenile Delinquency in Japan Reconsidering the "Crisis"**. Danvers, MA: Brill, 2003.
- STANLEY, Cohen. **Folk Devils and Moral Panics**. St Albans: Paladin, 1973.
- SUGIOKA, Naoto. Current Issues of Elder Abuse in Japan. **Education an Ageing**, v. 14(1), 1999. p. 61- 73
- TEEN shows up at the police station carrying mother's severed head. **The Asahi Shimbun**, 15 maio 2007. Disponível em: <<http://www.asahi.com/english/Herald-asahi/TKY200705150321.html>>. Acesso em: 20 jun 2007.
- TOKUOKA, Hideo. Repression of Deviance as a Reason for Recent Deviancy. In: FOLJANTY-JOST, Gesine (org.) **Juvenile Delinquency in Japan Reconsidering the "Crisis"**. Danvers, MA: Brill, 2003.
- ULMAN, Arina e MURRAY, Strauss. Violence by children against mothers in relation to violence between parents and corporal punishment by parents. **Journal of Comparative Family Studies**, v. 34, 2000. p. 41-60
- YONEYAMA, Shoko. **The Japanese High School: Silence and Resistance**. London: Routledge, 1999.
- ZIELENZIGER, Michael. **Shutting Out The Sun: How Japan Created its Own Lost Generation**. New York: Random House, Inc., 2006.